



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**UM BREVE PANORAMA SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO
BRASIL ENTRE 2005 E 2020: O QUE DIZEM AS PESQUISAS.**

Juiz de Fora

2022

LAVINEA SANTOS DE JESUS NASCIMENTO

**Um breve panorama sobre a educação bilíngue de surdos no Brasil entre
2005 e 2020: o que dizem as pesquisas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Katiuscia Cristina Vargas Antunes

Coorientador: Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins

Juiz de Fora

2022

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar nos artigos publicados nos Portais de Periódicos da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) como vêm sendo ofertado a educação bilíngue para surdos no Brasil nos Anos iniciais do ensino fundamental, a partir do ano 2005, ano de publicação do Decreto no 5.626. Este estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa exploratório-descritiva, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica. Foram selecionados sete artigos com o tema proposto e uma leitura crítica que resultou na identificação dos temas em comum como: a importância da aquisição da Libras (Língua Brasileira de Sinais) na infância; o desenvolvimento social e cognitivo através da Libras como L1 (primeira língua) e a formação de profissionais capacitados. As análises e discussões foram embasadas em estudos teóricos de Skliar (2016), Silvério e Rodrigues (2013), Quadros (2005) e Perlin (2006) e nas pesquisas atuais da área de Fini e Fetzner (2017), Arruda e Portella (2018), Lacerda e Lodi (2007), Klein e Formozo (2007) e Tartuci (2007). A partir dos trabalhos anteriormente citados pode-se constatar que a prática nem sempre cumpre o que é proposto pela legislação e percebe-se que a Libras encontra-se muito longe de ser considerada a língua de instrução nos espaços escolares e que a formação dos profissionais que atuam na área está longe do ideal, resultando em espaços onde a Língua Portuguesa ainda prevalece como língua de instrução e a presença do professor surdo é pouco valorizada.

Palavra-chave: Educação de Surdos; Educação Bilíngue; Anos iniciais.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify in the published in the Portals of Graduate Studies and Research in Education of the INES (National Association of Graduate Studies and Research in Education for the Deaf) how bilingual education for the deaf has been offered in Brazil in the early years of education. fundamental, as of 2005, year of publication of Decree 5,626. This study was developed through exploratory-descriptive qualitative research, dealing with bibliographic research. There were seven articles selected with the proposal and a critical reading that resulted in the identification of common themes such as: the acquisition of Libras (Brazilian Sign Language) in childhood; cognitive development through Libras as 1 (first professional language) and professional language training. The research and studies were based on theoretical studies by Skliar (2016), Silvério and Rodrigues (2005), Quadros (2005) and Perlin (2006) and on current research in the area of Fini and Fetzner 2017), Lacerda and Lodi (2007).), Klein and Formozo (2007) and Tartuci (2007). From the previous works, it can be seen that the practice does not always comply with what is proposed by the legislation and that Libras is very far from being considered the language of instructions in school spaces and that the training of professionals that the area of Portuguese performance is longer than ideal, with the language still prevailing as instruction and the presence of the teacher little valued.

Keywords: Deaf Education; Bilingual Education; early years.

1. Introdução

Este estudo tem como objetivo identificar nos artigos publicados nos portais de periódicos da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) o que vem sendo pesquisado sobre a Educação Bilíngue de Surdos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil, a partir de 2005, ano em que foi publicado o decreto de 5.626. Este artigo se propôs a desenvolver uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo, apresentando uma pesquisa bibliográfica embasada em estudos teóricos de Skliar (2016), Silvério e Rodrigues (2013), Quadros (2005) e Perlin (2006). Foi realizada uma busca detalhada e uma análise crítica dos artigos acerca do que dizem as pesquisas sobre esse tema no período entre os anos de 2005 e 2020.

Foram selecionados sete artigos com a temática proposta e posteriormente realizada a leitura e a análise, onde identificamos textos que abordam temas em comum, como por exemplo: a importância da aquisição da Libras como primeira língua, o vínculo entre as relações sociais externas o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças surdas alcançado através da Libras e a necessidade de trabalhar a formação de profissionais capacitados para atuarem na Educação Bilíngue de Surdos.

2. Legislação e políticas públicas

Nesse tópico abordaremos algumas Leis que buscam garantir o direito dos surdos¹ à educação e ao trabalho com as adequações necessárias, assegurando a equidade. Primeiramente, cabe destacar seções na Constituição Federal (BRASIL, 1988), como o artigo 206 que diz “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Outro artigo em destaque é o 208 que afirma que o “dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Na Seção I que pactua a educação como direito de todos, assegura a garantia à educação, especificamente em seu artigo 6º como um dos direitos sociais, sobre igualdade de condições de acesso e permanência na escola e o atendimento educacional

¹De acordo com <https://www.handtalk.me/br/blog/> o que difere **surdez** de **deficiência auditiva**, do ponto de vista clínico, é o grau de perda auditiva. As pessoas que têm perda severa ou profunda e não escutam nada, são **surdas**. Já as pessoas que têm apenas uma perda auditiva leve ou moderada, são consideradas **deficientes auditivas**.

especializado a pessoas com deficiência², preferencialmente na rede regular de ensino, garantia fundamental e dever do Estado, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – sob Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que reconhece o direito à educação para todos e propõe que o ensino seja baseado nos princípios de igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizagem para todos os alunos (BRASIL, 1996).

Ademais, existem outros instrumentos legais muito importantes para a Educação de Surdos no Brasil, como a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão; a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras; e, o artigo 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Artigo 22 do Decreto 5626/05 estabelece que “as instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de escolas e classes de educação bilíngue”. Já a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a (BRASIL, 2008a) estabelece que todos os alunos com algum tipo de deficiência sensorial, intelectual, física, altas habilidades e transtornos do desenvolvimento têm o direito de matricular-se e frequentar o ensino comum como os demais alunos da mesma idade.

O documento elaborado em 2008 pela equipe da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e pesquisadores da área, intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação /altas habilidades na escola e orientar o sistema de ensino a fim de garantir o acesso desses alunos ao ensino regular, assegurando o direito à aprendizagem com participação ativa; oferta da modalidade de ensino da educação infantil ao ensino superior e do atendimento especializado. O documento também orienta sobre a formação de professores especializados na educação especial, outros profissionais da área da inclusão e ressalta a importância da participação da família nos projetos pedagógicos.

²A expressão “pessoa portadora de deficiência” que aparece na constituição brasileira caiu em desuso por volta dos anos 90, pois se entende que só se porta aquilo que se pode deixar de portar, fato que não ocorre com uma deficiência. Passou-se a utilizar então “pessoa com deficiência”, que é a expressão mais adequada.

Recentemente o Senado aprovou em sessão remota³, o projeto que inclui novos itens na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) para qualificar a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente (PL 4.909/2020). A Lei nº 14.191 sancionada no dia 03 de agosto de 2021 altera a LDB, incluindo em seu Art. 3º o respeito à diversidade humana, cultural e linguística das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva. A meta 4 do Plano Nacional de Educação - PNE visa garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos.

Em 2015 foi aprovada a LBI (Lei Brasileira de Inclusão) (BRASIL, 2015) que traz uma série de inovações, como a proibição da negativa de matrícula para estudantes com deficiência e a cobrança de taxas adicionais. A promulgação dessas leis trouxe como resultado, um crescimento no número total de matrículas dos estudantes com deficiência na educação básica consolidando um novo cenário inclusivo. Entretanto, a trajetória da educação de surdos no Brasil, não é simples e nem linear, não se trata de uma sequência de mudanças progressivas, pois os avanços são resultado de debates e discussões marcadas por contradições que levaram a avanços e retrocessos. Isso porque na realidade do contexto escolar ainda existem falhas no que se refere à inclusão, pois muitas vezes por serem obrigadas por lei, as instituições aceitam alunos com necessidades especiais sem possuir nenhuma estrutura ou suporte adequado para proporcionar uma educação de qualidade.

3. O que é Educação Bilíngue de Surdos?

A abordagem educacional bilíngue brasileira busca o pleno desenvolvimento intelectual, emocional e social da criança surda através da aquisição da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua. O contato com a Libras deve acontecer ainda na primeira infância, proporcionando a formação de sua identidade surda, com acesso ao conhecimento e à comunicação, como afirma Skliar (2016):

³Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/nova-lei-inclui-educacao-bilíngue>

[...] não defino a educação bilíngue para surdos como o desenvolvimento de habilidades linguísticas em duas ou mais línguas, como é comum definir quando se fala de crianças e/ou adultos ouvintes. Refiro-me a uma dimensão psicológica da educação bilíngue, vale dizer, ao direito que têm as crianças que utilizam uma língua diferente da língua oficial de serem educadas na sua língua. (UNESCO, 1954. Skliar. 2016, p , 25)

Uma escola verdadeiramente bilíngue deve respeitar a diversidade da comunidade surda, sendo uma instituição preparada especificamente para indivíduos surdos. Deve ser um ambiente que promova a formação de identidade surda, e garanta o acesso à comunicação sinalizada para ampliar o conhecimento de mundo desses indivíduos. Esse diferencial é o que distingue a educação inclusiva e a educação bilíngue. Os pesquisadores aqui citados defendem a educação bilíngue e a sua importância para a escolarização das crianças surdas e o quanto fundamental é que esse processo se inicie junto a outros colegas surdos e com professores que conheçam e /ou dominem a Língua Brasileira de Sinais . É importante destacar que, estes profissionais sejam fluentes nas duas línguas (Língua Portuguesa e Libras) e que haja preferencialmente professores surdos, pois além de dominarem a língua e serem usuários naturais da Libras, eles se tornaram referência durante a constituição da identidade dos alunos surdos , para que os mesmos se reconheçam como indivíduos pertencentes a um grupo diferente e não como deficientes e inferiores aos ouvintes. Dessa forma:

Além das crianças surdas possuírem a potencialidade da aquisição da língua de sinais, elas têm o direito de se desenvolverem numa comunidade de pares, e de construir estratégias de identificação no marco de um processo sócio não fragmentado, nem cerceado (SKLIAR, 2016, p. 27).

Mesmo com todos os avanços obtidos na educação e nas políticas públicas criadas, ainda temos um caminho a ser percorrido até a verdadeira inclusão da comunidade surda nos âmbito educacional. Pois um verdadeiro ambiente escolar bilíngue acessível aos surdos não se limita apenas a adaptação do espaço físico, mas devem ter como base o uso da Libras em todos os espaços, que por sua vez não deve ser apenas um suporte de ensino, mas sim, a própria estratégia metodológica linguística e cultural que busque proporcionar às crianças surdas o desenvolvimento de suas identidades enquanto sujeitos sociais e ativos .

Silvério (2014) faz uma investigação da proposta educacional bilíngue para surdos em Juiz de Fora (MG) e mostra através de pesquisas as principais dificuldades encontradas pela

equipe pedagógica para construção de um projeto adequado à realidade desses alunos. Ajustes necessários para que a proposta crie um ambiente educacional favorável às especificidades culturais e linguísticas tanto para os surdos quanto para os ouvintes e tornar a proposta uma política pública para atender toda a região. A autora propõe caminhos e estratégias para transformar essa proposta em Política Pública Educacional como a implementação de uma proposta Educacional Bilíngue (Libras/Português) com o objetivo de oferecer para as crianças surdas, da Educação Infantil aos anos iniciais, um ensino bilíngue de qualidade. Ela destaca a importância de trabalhar uma perspectiva de ensino diferente da inclusiva, privilegiando a Libras como língua de instrução.

São sugeridos alguns caminhos e estratégias para efetivar a implementação da proposta educacional bilíngue na rede pública do município: 1) Garantir o contato das crianças surdas com a libras como L1 ainda no ambiente familiar, favorecendo a interação e aprendizado através da língua materna; 2) Promover ações de capacitação junto às famílias de crianças surdas ;3) Expandir a proposta a outras escolas da rede, tornando-a uma política pública no município; 4) Ampliar os cursos de capacitação para os profissionais da área, construindo um quadro efetivo de funcionários: Professor da Bidocência, intérpretes de libras e professores de Libras; 5) Reestruturar o currículo contemplando as disciplinas de libras como L1 para surdos, libras como L2 para ouvintes e português como L2 para surdos; 6) Promover ações de acompanhamento durante o desenvolvimento da proposta educacional;7) Integrar as disciplinas no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola para que não se tornem disciplinas isoladas, havendo uma interdisciplinaridade entre todas as disciplinas.

A autora deixa claro que não se pretende transformar a escola comum numa escola bilíngue, mas oferecer uma educação bilíngue de qualidade apenas nas salas que tenham alunos surdos, ofertar a disciplina de libras para os demais alunos ouvintes, promovendo a interação entre indivíduos surdos e ouvintes, proporcionando um ambiente bilíngue de educação.

4. Metodologia de pesquisa

Inicialmente, como procedimento deste estudo e visando os objetivos propostos, foi realizada uma busca acerca da Educação Bilíngue de Surdos no Brasil, nos artigos de periódicos que foram publicados na biblioteca no portal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e no portal do Instituto Nacional de Educação de

Surdos (INES), no período entre os anos de 2005 a 2020, posterior a publicação do Decreto nº 5626 (BRASIL, 2005). Foi realizada uma busca por artigos científicos a partir do tema, todos em língua portuguesa. Posteriormente, foi realizada uma leitura exploratória dos artigos, com o objetivo de identificar possíveis assuntos em comum, que foram abordados pelos pesquisadores.

As palavras-chave para busca inicial foram: "Surdos Anos Iniciais", "Surdez e Ensino Fundamental" e "Surdos Anos Iniciais". Foram encontrados, ao todo, 18 artigos no portal de periódicos ANPEd e 21 no portal INES eliminando os arquivos repetidos. Posteriormente foi realizada uma leitura dos resumos disponíveis a fim de descartar temas que não fossem específicos ao objetivo de pesquisa, como de disciplinas curriculares (Português, Matemática e etc.), assuntos voltados ao Ensino Superior ou Educação Infantil, aspectos práticos da Libras (gramática e etc.) e que incluíam temas como o autismo. Ao final, foram escolhidos sete artigos.

5. Educação de surdos nos anos iniciais: o que as pesquisas dizem?

Finí e Fetzner (2017) nos apresenta uma pesquisa realizada com docentes que atuavam no 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I (EFI), realizada no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) cujo objetivo era observar os currículos praticados no cotidiano escolar dessas turmas. No decorrer das entrevistas foi constatado que as políticas públicas de educação especial vigentes (lócus do estudo) influenciam diretamente no trabalho docente do cotidiano da sala de aula, pois as professoras se vêem presas ao Projeto Político Pedagógico da escola e não conseguem elaborar conteúdos que conversem com a realidade dos alunos, abordando questões presentes no dia a dia deles, uma vez que elas precisavam cumprir o que era proposto pelos documentos curriculares e nem sempre conseguiam romper para realizar uma abordagem significativa para os alunos, visto que:

Para que possamos proporcionar uma aprendizagem significativa e que reconheça os diferentes conhecimentos, é necessário investigar, dialogar com nossos estudantes, para proporcionar que eles expressem seus pensamentos, desejos, vontades, suas opiniões em relação a um determinado assunto, enfim, por meio do diálogo podemos emergir diferentes pontos de vista sobre um determinado assunto e diferentes conhecimentos, dando vozes aos estudantes e assim tratando-os como sujeitos de construção e criação do conhecimento. (FETZNER e FINI, 2017 p. 194).

Ao realizar a pesquisa nas duas turmas, Fetzner e Fini (2017) observaram durante as aulas que as conversas com os estudantes surdos que abordam assuntos presentes em suas realidades, desperta o interesse deles em investigar e aprender mais sobre o assunto. Além disso, o diálogo amplia a visão de mundo não se limitando a fornecer apenas o acesso aos conteúdos presentes nos documentos, mas também a desenvolver o senso crítico dos alunos, contribuindo para sua formação como indivíduo ativo, questionador e participante na sociedade em que vive.

Outro fato importante abordado pela pesquisa é a necessidade da permanência e construção de uma escola para surdos, pois, embora as escolas comuns tenham como possibilidade uma educação inclusiva com atendimento especial, elas não possuem a estrutura necessária com intérprete e espaço com profissionais totalmente preparados para atender esse público. O Instituto Nacional de Educação de Surdos busca oferecer uma educação bilíngue, utilizando a Libras como língua de instrução e o Português escrito como segunda língua, fazendo com que o indivíduo construa sua identidade enquanto indivíduo pertencente a um grupo com formas de pensar, de se comunicar e de entender o mundo.

Arruda e Portella (2018) apresentam um estudo sobre práticas pedagógicas e a organização do espaço da sala de aula na educação bilíngue para alunos surdos no Colégio de Aplicação do INES. Considerando o processo de desenvolvimento, social e cognitivo desses alunos, Arruda e Portella (2018) perceberam a necessidade do uso de materiais e estratégias que proporcionem uma experiência visual para assimilar os conteúdos nas duas línguas. De acordo com os autores, para que o espaço da sala de aula proporcione um ensino bilíngue ele precisa expor imagens autênticas para exemplificar conceitos através de fatos reais, que sejam compatíveis com o que esteja sendo ensinado, para que os alunos surdos entendam e ser um espaço em que possa construir os materiais juntamente com os alunos .

A pesquisa foi realizada em turmas de 2º e 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola especializada em Educação de surdos com o objetivo de observar uma proposta diferenciada que faz uso da Libras e Português escrito nos murais e atividades expostas no ambiente da sala de aula . Durante a pesquisa foi observado um desenvolvimento significativo e a apropriação adequada dos conteúdos por parte dos alunos e ficou claro a importância do letramento visual no dia a dia e como a disponibilização do material possibilita a compreensão e interpretação do que está escrito não apenas no ensino de Português como segunda língua, mas em todas as outras disciplinas do currículo.

A prática de letramento visual é fundamental para estimular o desenvolvimento cognitivo e a compreensão do tema, despertando o interesse dos alunos em aprender as palavras. Nessa pesquisa percebemos que essa prática com uso de murais e recursos visuais, que está presente no cotidiano dessa instituição, busca reforçar e potencializar o processo de ensino e aprendizado dos alunos.

Lacerda e Lodi (2007) em "*A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngüe para alunos surdos*" diante da realidade da educação de surdos e da atual política nacional que sugere um modelo de escola inclusiva, mas não exige uma educação bilíngüe que respeite a individualidade linguística do sujeito surdo, desenvolveram em sua pesquisa um projeto educacional que envolvia tanto a educação bilíngüe quanto a educação inclusiva. O projeto foi implementado em duas escolas municipais, uma escola de educação Infantil e uma escola de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com a ajuda da Universidade em cooperação com a Prefeitura Municipal da cidade. O objetivo dessa experiência era contribuir para uma formação adequada dos profissionais, a fim de prepará-los para trabalhar com alunos surdos.

Para execução do projeto, foi preciso reunir uma equipe educacional com os profissionais de diferentes formações: Intérpretes de Libras / Português para assegurar a acessibilidade dos alunos surdos aos temas abordados; Professores surdos para ensinar e desenvolver a Libras; auxiliares de pesquisa para executar as propostas e unir as equipes da Escola e da Universidade; pedagoga com especialização em educação e surdos para realizar oficinas de Língua Portuguesa para crianças surdas que estão nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O projeto teve início com: cursos de formação continuada para toda a equipe de funcionários e professores da escola; cursos sobre metodologias para o ensino e aprendizagem da segunda língua; reuniões com as professoras regentes de turmas com crianças surdas e os profissionais que atendem essas crianças fora do ambiente escolar para discutir sobre o desenvolvimento individual de cada aluno respeitando sua singularidade; reuniões com os professores surdos para planejar as oficinas de Libras; reuniões com intérpretes de Libras para discutir seu papel durante o planejamento; reuniões com a pedagoga para planejar o desenvolvimento do ensino de português como segunda língua.

O projeto intitulado Programa Inclusivo Bilíngüe contemplou mais de 20 crianças só no primeiro ano, onde 12 eram alunos do ensino fundamental. Durante o horário de aula as crianças permaneciam normalmente em suas salas regulares, acompanhados dos intérpretes de Libras para ter acesso aos conteúdos ministrados pelos professores. No contraturno das

aulas, as crianças participavam das Oficinas de Libras oferecidas pelos professores surdos, com ajuda de profissionais bilíngues, realizavam atividades para desenvolver a linguagem das crianças surdas que não tiveram contato anteriormente com a Libras. Já as oficinas de língua Portuguesa, tinham como objetivo ensinar o Português escrito como segunda língua para os surdos, e enquanto isso todos os profissionais ouvintes da escola aprendiam a compreender a Língua Brasileira de Sinais para se comunicar com os alunos sem a necessidade da presença do intérprete.

As pesquisadoras acompanharam o desenvolvimento das crianças durante e depois do projeto, que trouxe resultados muito significativos no que se refere às relações entre crianças surdas, familiares e profissionais da escola. A melhoria do diálogo possibilitou uma maior aceitação das diferenças e conseqüentemente favorecer o desenvolvimento do social, emocional e cognitivo desses alunos. Lacerda e Lodi (2007) ressaltam que para a implementação de práticas pedagógicas que assegurem uma educação de qualidade para os surdos, toda a equipe pedagógica e todos os alunos (surdos e ouvintes), precisam permanecer comprometidos para construir coletivamente uma escola verdadeiramente inclusiva.

“A (in) visibilidade do aluno surdo em classes inclusivas: discussões e reflexões” escrito pelas Prof^a Dr^a Celeste Azulay Kelman e Prof^a Msc Edeilce Aparecida Santos Buzar em 2012, traz indagações sobre o processo de ensino aprendizagem do surdo frente às diferentes áreas das ciências humanas e a política nacional de educação inclusiva, essa por sua vez prevê que esse processo se dê em escolas comuns, sob uma perspectiva bilíngue. Para responder tais indagações, foram observados estudantes surdos em turmas de 4^o e 5^o ano do ensino fundamental, matriculados em uma escola comum, onde há classes: inclusivas, especiais, regulares e inversas (classes onde a maioria dos alunos possui alguma deficiência). Além das observações, foram realizadas entrevistas com duas professoras regentes, duas intérpretes e oito alunos surdos. É importante ressaltar que os alunos surdos participantes desse estudo possuem apenas o conhecimento básico em Libras, pois na maioria dos casos essas crianças adquirem a Língua de sinais na escola.

No decorrer do artigo, as autoras discutem sobre vários problemas presenciados durante a pesquisa, como a dificuldade de acesso às informações que os alunos surdos sofrem, o despreparo dos profissionais capacitados para interpretar assuntos importantes e a ausência de estratégias pedagógicas para proporcionar um processo de ensino-aprendizagem adequado. O que mais chamou a atenção das pesquisadoras ao longo do período de observação foi o total despreparo de uma das intérpretes que não possuía domínio da libras, nem conhecimento

suficiente das técnicas de tradução e interpretação que conseqüentemente fazia com que os alunos surdos fossem excluídos do ambiente e dos conteúdos trabalhados. A professora intérprete da outra turma, apesar de dominar a Libras e as técnicas de tradução, selecionava as informações que eram repassadas para os estudantes surdos, exercendo uma forma de “poder” sobre eles e criando uma relação descompassada com a professora regente, que por sua vez, desconhece a Língua Brasileira de Sinais.

Buzar e Kelman (2012) fazem reflexões finais importantes sobre a realidade observada, no que se refere à inclusão dos alunos surdos e ao trabalho pedagógico das professoras (regente e intérprete) que deveria ser realizados em conjunto, pois apenas a presença do intérprete não garante um processo de ensino adequado e muito menos assegura o direito à educação, deixando os excluídos dentro de uma classe regular e prejudicando seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo .

Klein e Formozo (2007) realizaram a pesquisa sobre “*Interseções de tempos e espaços na educação de surdos: textos e depoimentos*” buscando um diálogo entre as falas dos professores da atualidade que foram entrevistados e o documento intitulado como “Que Educação nós surdos queremos” produzido por educadores surdos ao final do V congresso Latino americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em abril de 1999 na cidade de Porto Alegre. O congresso contribuiu favoravelmente para construção de políticas públicas favoráveis para os surdos, ampliando o acesso a uma educação de qualidade para toda a comunidade surda. As autoras realizaram pesquisas através de entrevistas com professores surdos e ouvintes que atuavam em escolas que possuíam alunos surdos matriculados a fim de discutir os principais aspectos da inclusão escolar, da formação de profissionais capacitados e sobre as políticas educacionais.

A primeira pesquisa foi desenvolvida durante a realização de um projeto de extensão no decorrer do ano letivo de 2007 em uma escola de surdos, que tinha como objetivo proporcionar aos professores a oportunidade de realizar ações educativas com a educação de crianças, jovens e adultos surdos. Contatou-se uma diversidade na trajetória de formação dos professores envolvidos nesse projeto, mas muitos profissionais fizeram cursos de capacitação e/ou especialização na área da educação de surdos e havia também, professores surdos e muitos outros com mais de 15 anos de docência nessa mesma instituição.

O projeto foi dividido em reuniões que eram realizadas de forma quinzenal para discutir temáticas que surgiram durante os encontros, que eram realizados nos espaços escolares. Na primeira parte do encontro os participantes relataram por escrito e individualmente algumas

informações sobre: tempo de atuação na educação de surdos; formação profissional; relação com a Libras e os alunos; suas práticas pedagógicas e visões sobre a escola. Na segunda parte do encontro, os relatos eram sistematizados para serem discutidos em grupos menores e para aprofundar as discussões novos quadros eram colocados a cada encontro.

A segunda pesquisa foi realizada através de entrevistas com quatro professores surdos que cursam Letras - Libras à distância, todos os ex-alunos da escola. As entrevistas foram realizadas com a ajuda de uma intérprete de Libras e filmadas durante o período letivo no mês de agosto. Os tópicos abordados foram: educação inclusiva, fluência dos professores ouvintes em Libras, metodologias utilizadas, o papel do intérprete e cultura surda. Um dos principais problemas relatados nas entrevistas foi o pouco interesse em aprender Libras por parte dos professores ouvintes, que não possuem um nível de fluência que os permitam estabelecer um diálogo com os alunos na ausência do intérprete.

Em todas as entrevistas, o ponto em comum relatado por todas foi à importância dos professores que trabalham com os surdos serem fluentes em Libras, com ou sem intérprete presente na sala de aula. Em meio aos relatos dos surdos as pesquisadoras encontraram depoimentos em que os professores e alunos surdos descrevem sentimentos de solidão, de inexistência de relações sociais com outros colegas, argumentos que contradizem as políticas de educação inclusiva que afirmam a importância de os alunos “especiais” conviverem no mesmo ambiente educacional com os demais alunos .

Tartuci (2007) em sua pesquisa "*A escolarização do aluno surdo e a significação de si: ser, conhecer e aprender*", de acordo com a definição do que realmente é o que chamamos de educação inclusiva, questiona a posição ocupada pelo indivíduo surdo no espaço educativo. O movimento que chamamos de escola inclusiva, exige que as instituições examinem cuidadosamente as propostas educacionais e se reestruturem para atender a esse objetivo. No caso da educação de surdos, uma das propostas mais importantes é a implementação da Libras não apenas como instrumento de comunicação, mas como o modo de interação do sujeito surdo para construção de sua identidade .

Para dar sentido a esses fatos e ampliar essa discussão, a autora realizou uma entrevista com o jovem Paulo, surdo “oralizado⁴” que passou por diversas experiências educacionais em instituições distintas, tanto em escolas especiais como em escolas comuns.

⁴Segundo <https://academiadelibras.com/blog/surdo-oralizado/> Surdos oralizados são indivíduos com surdez/deficiência auditiva congênita ou adquirida que utilizam a língua oral , que lêem lábios, falam (ou não) e dominam o português escrito para se comunicar, além de utilizar (ou não) tecnologias como aparelhos auditivos para ouvir .

Durante a entrevista, o jovem relatou suas experiências vividas ao longo de sua vida escolar e a insatisfação em relação a progressão continuada, que em nada contribuiu para seu processo de ensino aprendizagem. As sucessivas aprovações apenas esconderam as dificuldades e obstáculos que surgiram em sua vida escolar, e tinham o único objetivo de gerar expectativas na família e na sociedade, quanto ao seu futuro e tornar menos expressiva sua dificuldade em aprender.

Em meio aos relatos cheios de emoção, Paulo descreve como passou a ver a si mesmo como “deficiente” ao adentrar no ambiente escolar a partir da visão do outro e como a participação da família no processo de aceitação e aprendizado é importante. Para ele, a experiência de aprendizado na escola o afetou negativamente, pois a falta de preparo dos professores para lidar com essa outra realidade o fez viver uma realidade de violência em que lhe foi negado o direito à educação. O fato da língua de sinais não ter feito parte de sua experiência na escola regular o levou a desconhecer muitas coisas, o privou do acesso aos conteúdos de forma clara que eram trabalhados em sala de aula e de entender certos conceitos sociais.

Apesar de Paulo ter conseguido passar no vestibular e chegar até a faculdade, o que se pode perceber em suas falas é que em decorrência da carência de estratégias metodológicas apropriadas e a ausência na Língua Brasileira de Sinais durante seu desenvolvimento, o levou a construir uma imagem de si mesmo como um indivíduo que possui uma “falta”, como um sujeito inferior aos ouvintes por não ouvir, mas que também não pertence à comunidade surda por ser oralizado.

Após uma leitura crítica e aprofundada dos artigos escolhidos, foi possível identificar alguns assuntos em comum que foram abordados pelos pesquisadores. Em todas as pesquisas, fica evidente a importância da aquisição da Libras pelas crianças surdas desde ainda na primeira infância, uma vez que, de acordo com a Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) e o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), a Libras é o meio de comunicação que garante ao indivíduo surdo o acesso ao conhecimento e as relações sociais em todo o espaço escolar .

Outro tema em comum, evidente e considerável é o vínculo entre as relações sociais externas e o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças surdas. Desenvolvimento esse, que ocorre justamente através do uso da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua e em pares, daí a importância do contato criança - surda / professor - surdo, indispensável para o processo de evolução da identidade surda. Outro tema que também se destacou foi à necessidade de trabalhar a formação de profissionais capacitados para

atuarem na Educação Bilíngue, uma vez que, para um ensino diferenciado se faz necessária uma formação aprofundada, comprometida com a prática educativa que busque transformar o processo de ensino aprendizagem na educação de surdos.

6. Considerações finais

A educação de surdos no Brasil passou por diversas mudanças nas últimas décadas. Tendo em vista os aspectos observados nas discussões e as pesquisas aqui apresentadas, podemos entender que ainda existem barreiras que dificultam a oferta da Educação Bilíngue para surdos, que é assegurada por lei, e tem como objetivo atender a esse público com uma proposta pedagógica que coloque a Língua Brasileira de Sinais como língua de instrução. (BRASIL, 2005, 2011). Entende-se que embora as leis, em teoria, assegurem o direito a uma educação que busque a inserção da Libras no ambiente escolar, não apenas como instrumento para o aprendizado, mas como língua de instrução que transmita o conhecimento de forma ampla, sendo assim, a proposta educacional mais adequada, isso nem sempre é realidade.

No caso das crianças surdas é evidente que o desenvolvimento social, emocional e cognitivo está relacionado ao acesso ao conhecimento através da Libras, portanto esse acesso linguístico se mostra indispensável nos primeiros anos de vida da criança surda. É com Língua Brasileira de Sinais que a criança fará sua leitura do mundo e se formará como um ser pertencente a um grupo linguístico, cultural e social diferente, e não como deficiente e incapaz de mostrar seu potencial.

Faz-se necessário também analisar a formação dos profissionais atuantes na área e valorizar a presença do professor surdo, pois muitos professores ouvintes não demonstram preparo para trabalhar com alunos surdos, apresentando um déficit no conhecimento da língua, da cultura e a falta de um processo de ensino aprendizagem adequado, uma vez que, se o professor titular desconhece a Libras, só a presença do intérprete de não garante a inclusão do aluno como um todo. Logo, é essencial a busca por profissionais bilíngues capacitados que estejam comprometidos a oferecer uma educação de qualidade, pois se sabe que essa não é a realidade de muitos dos municípios do Brasil; a oferta de escolas ou classes bilíngues dentro das instituições está muito longe do desejado e do que espera e necessita à comunidade surda.

7. Referências Bibliográficas

ARRUDA, Bruna; PORTELLA, Sandro. **A importância da organização do espaço**

da sala de aula na promoção do ensino bilíngue para surdos, Rio de Janeiro, n. 38, 1 dez. 2018. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 out. 2021
BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2021.

FINI, Danielle Aguiar; FETZNER, Andréa Rosana. **Os currículos praticados no cotidiano escolar de duas turmas dos anos iniciais na educação de surdos**, Rio de Janeiro, jan/jun. 2017. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer>. Acesso em: 28 set. 2021.

FORMOZO, Daniele de Paula; KLEIN, Madalena. **Interseções de tempos e espaços na educação de surdos: textos e depoimentos**, Rio de Janeiro, n. 15, 9 ago. 2007. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca>. Acesso em: 22 out. 2021.

KELMAN, Celeste Azulay; BUZAR, Edelice Aparecida Santos. **A (in)visibilidade do aluno surdo em classes inclusivas: discussões e reflexões**. Rio de Janeiro, n. 37, 31 maio 2012. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer>. Acesso em: 22 out. 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. **A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngue para surdos**, [s. l.], n. 15, 9 ago. 2007. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVÉRIO, Carla Couto de Paula. **Investigando uma proposta educacional bilíngue (Libras/Português) em uma escola da rede municipal de Juiz de Fora**. Orientadora: Ana Cláudia Peters Salgado. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf>. Acesso em: 22 out. 2021

SILVÉRIO, Carla Couto de Paula; RODRIGUES, Carlos Henrique. **Pensando a Educação Bilíngue De\Com\para surdos. Pensando a Educação Bilíngue De\Com\para surdos**. In: RODRIGUES, Carlos Henrique; GONÇALVES, Rafael Marques, organizadores. Educação e diversidade: questões e diálogos. Juiz de Fora:

Editora UFJF, 2013. p. 81-97.

SKLIAR, Carlos. **Os estudos surdos em educação problematizando: a normalidade. A surdez um olhar sobre as diferenças.** Editora Mediação. Porto Alegre, 2016.

TARTUCI, Dulcéria. **A escolarização do aluno surdo e a significação de si: ser, conhecer e aprender,** [s. l.], n. 15, 23 jul. 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca>. Acesso em: 22 out. 2021.